

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.161 - SP (2019/0018717-3)**

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AGRAVADO : ALIZETE ALMEIDA EVANGELISTA  
ADVOGADO : ANDRÉA DOS SANTOS XAVIER E OUTRO(S) - SP222800

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE ESPECIAL RECONHECIDA. BENEFÍCIO NÃO CONCEDIDO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS.

I - Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, a aposentadoria por tempo de serviço foi convertida em aposentadoria por tempo de contribuição, tendo sido excluída do ordenamento jurídico a aposentadoria proporcional, passando a estabelecer o artigo 201 da Constituição Federal o direito à aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, ao completar 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.

II - Entretanto, o art. 3º da referida Emenda garantiu o direito adquirido à concessão da aposentadoria por tempo de serviço a todos aqueles que até a data da sua publicação, em 16 de dezembro de 1998, tivessem cumprido todos os requisitos legais, com base nos critérios da legislação então vigente.

III - Ao segurado inscrito perante o Regime Geral de Previdência Social anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98, mas que, nessa data (16 de dezembro de 1998), ainda não tivesse preenchido os requisitos necessários à sua aposentação, mesmo na forma proporcional, aplicam-se as regras de transição estabelecidas pelo art. 9º da referida norma constitucional.

IV - Foram contempladas, portanto, três hipóteses distintas à concessão da benesse: segurados que cumpriram os requisitos necessários à concessão do benefício até a data da publicação da EC 20/98 (16/12/1998); segurados que, embora filiados, não preencheram os requisitos até o mesmo prazo; e, por fim, segurados filiados após a vigência daquelas novas disposições legais.

V - No caso dos autos, restou comprovado o exercício de labor em condições insalubres em parte dos lapsos pleiteados.

VI - A somatória do tempo de serviço laborado pela parte autora não autoriza a concessão do benefício pleiteado, ante o não preenchimento dos requisitos legais.

VII - Condenação equitativa ao pagamento de honorários advocatícios, conforme a sucumbência recursal das partes.

VIII - Apelação da autora parcialmente provida.

Foram rejeitados os embargos declaratórios opostos.

No recurso especial, a autarquia aponta violação aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/91.

Sustenta, em síntese, que o Tribunal *a quo* violou os dispositivos supra citados porquanto reconheceu período laborado como especial mesmo com o PPP apresentado indicando que a sujeição a agentes biológicos foi neutralizada com o uso de EPI eficaz, incidindo, portanto, o tema de Repercussão Geral 555 do STF.

Aduz que, para o reconhecimento de atividade como especial, deve haver efetiva exposição a algum agente nocivo. Acontece que, *in casu*, conforme relata, o PPP atestou a eficácia do EPI, afastando a nocividade do agente, não sendo possível, portanto, o reconhecimento do tempo como atividade especial.

Pede, em nova valoração da prova a reforma de juízo.

Em contrarrazões, Alizete Almeida Evangelista alega a incidência da Súmula nº 7 do STJ, que prevê a vedação a reanálise fática no âmbito do recurso especial.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula nº 7 do STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Com efeito, o reconhecimento da atividade especial no presente caso ocorreu diante da comprovação, por prova técnica, da periculosidade da atividade.

Confira-se, excerto do julgado recorrido, *in verbis*(fl.156):

Pleiteia a requerente o reconhecimento, como especial, do período em que teria trabalhado sujeita a agentes agressivos, tendo juntado a documentação abaixo discriminada:

- 02/10/1995 a 19/02/2016: Perfil Profissiográfico Previdenciário (nº 1341048 – pág. 13, 1341049 – pág. 01 e 1341050 – págs. 20/21) - 02/10/1995 a 19/02/2016 auxiliar de limpeza - exposição a agentes biológicos ( ): enquadramento “contato com material biológico, equipamentos e materiais” dos lapsos de 02/10/1995 a 01/03/2005 e 01/05/2005 a 03/03/2015 com base nos códigos 1.3.4 do Decreto nº 83.080/79 e 3.0.1 do Decreto nº 2.172/97, não sendo possível o reconhecimento dos intervalos de 02/03/2005 a 30/04/2005

(em razão da ausência de indicação no formulário apresentado da exposição da segurada a agentes agressivos) e 04/03/2015 a 19/02/2016 (ante a não apresentação de formulário e laudo a ele referente).

Ressalte-se que o trabalho exercido junto à atividade-meio da área da saúde, em hospitais, clínicas e afins, seja como motorista de ambulância, auxiliar de limpeza ou outros, mas exposto de maneira habitual e permanente a agentes biológicos mediante o contato com doentes ou materiais infecto-contagiantes, é considerada insalubre de seu enquadramento nos Decretos nº 53.831/64 (item ex vi 1.3.2) e nº 83.080/79 (item 1.3.4). Precedente TRF3: 10ª Turma, AC nº 2008.03.99.002113-8, Rel. Juiz Fed. Conv. Leonel Ferreira, j. 12/08/2008, DJF3 27/08/2008.(grifo nosso)

Por fim, insta ressaltar que o extrato do CNIS e a CTPS da segurada demonstram que o vínculo com o Hospital São Luiz foi encerrado em 03/03/2015, motivo pelo qual impossível o reconhecimento da especialidade do labor no intervalo de 04/03/2015 a 19/02/2016.

Como se vê, restou demonstrado o exercício de atividade em condições especiais nos lapsos de 02/10/1995 a 01/03/2005 e 01/05/2005 a 03/03/2015.(grifo nosso).

No cômputo total, contava a parte autora, na data do requerimento administrativo (26/11/2015 – nº 1341050 – pág. 11), com 29 anos, . 03 meses e 29 dias de tempo de serviço, insuficientes à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição Deixo de apreciar a questão sob o enfoque das regras de transição contidas na Emenda Constitucional nº 20/98, uma vez que a autora, nascida em 28/04/1969 (nº 1341048 – pág. 08), somente completou a idade mínima de 48 anos, em 2017, ou seja, após o requerimento administrativo.

Conquanto a demandante não tenha atingido o tempo mínimo de serviço exigido para se aposentar, asseguro-lhe o cômputo total do tempo aqui reconhecido.

E, especificamente, quanto à eficiência do EPI, restou consignado no acordo, *in verbis* (fl.186):

A título de reforço, esclareço que os formulários apresentados demonstram o exercício de atividade em condições especiais.

Destaco, ainda, que a informação acerca da existência de EPI eficaz não impossibilita o reconhecimento, uma vez que não comprova a neutralização do agente agressivo como exigido pela legislação previdenciária.

Por outro lado, o escopo de prequestionar a matéria, para efeito de interposição de recurso especial ou extraordinário, perde a relevância em sede de declaratórios, se não demonstrada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas do Código de Processo Civil.

Pelo que se observa do excerto supra transcrito, o Tribunal *a quo*, embasado em prova técnica, concluiu que o segurado laborou com exposição a agente nocivo de forma habitual e permanente. Concluiu, também, àquela corte, que não houve demonstração da neutralização dos agentes nocivos pelo EPI utilizado.

Reverter tal entendimento, tal como pretende a autarquia, esbarra

na Súmula 7/STJ, a qual veda a apreciação de Recurso Especial que demande revolvimento fático probatório.

Nesse sentido, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS: AGENTES POLUENTES. RECONHECIDA PELA INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS A EXPOSIÇÃO DO SEGURADO A AGENTES NOCIVOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE TAL CONCLUSÃO. SÚMULA 7/STJ. EFICÁCIA E USO DO EPI NÃO COMPROVADOS. ESPECIALIDADE DA ATIVIDADE COMPROVADA. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não é possível acolher o argumento da Autarquia Previdenciária de que o acórdão recorrido contraria o disposto na NR-15 do Ministério do Trabalho, Resolução CONAM 3/1990 e Resolução 9/2003, uma vez que tais atos normativos não se enquadram no conceito de tratado ou lei federal de que cuida o art. 105, III, a, da Constituição Federal.

2. O que se verifica da leitura dos autos é que a Corte de origem fundamentou o reconhecimento da atividade como especial, fazendo menção e cotejo às informações contidas nos documentos carreados aos autos, concluindo que há comprovação de exposição a agentes nocivos em níveis superiores aos fixados por lei. A inversão de tal conclusão, nessas hipóteses, incidiria no óbice contido na Súmula 7 desta Corte.

3. A Lei 9.732/1998, alterou o parágrafo 2o. do art. 58 da Lei 8.213/1991, tão somente, para afirmar que no laudo técnico que comprova a efetiva exposição do Segurado aos agentes nocivos deverá constar a informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo. Não há qualquer previsão no texto normativo de que a informação acerca do uso do EPI, por si só, seja suficiente para descaracterizar a especialidade da atividade.

4. O acórdão recorrido está alinhado com a orientação jurisprudencial desta Corte e do Supremo Tribunal Federal de que afirma que o uso de EPI não afasta, por si só, o reconhecimento da atividade como especial, devendo ser apreciado caso a caso, a fim de comprovar sua real efetividade por meio de perícia técnica especializada e desde que devidamente demonstrado o uso permanente pelo empregado durante a jornada de trabalho. Prevalecendo o reconhecimento da especialidade da atividade em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual.

5. Firme nessa premissa, a Corte de origem é categórica ao afirmar que não há nos autos provas nem do uso do EPI pelo Segurado, nem da real eficácia do equipamento entregue ao trabalhador, não reconhecendo elementos que justifiquem a descaracterização da atividade como especial.

6. Recurso Especial do INSS a que se nega provimento.

(Resp 1.506.734 - RS, Rel. MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, Julgado em 22/03/2018, DJe.11/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. TEMPO ESPECIAL. EPI. NEUTRALIZAÇÃO DA INSALUBRIDADE. SÚMULA 7/STJ.

POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. CRITÉRIO. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA. PRECEDENTE DO STJ.

1. "É assente nesta Corte que o fornecimento pela empresa ao empregado Equipamento de Proteção Individual - EPI não afasta, por si só, o direito ao benefício de aposentadoria com a contagem de tempo especial, devendo ser apreciado caso a caso, a fim de comprovar sua real efetividade por meio de perícia técnica especializada e desde que devidamente demonstrado o uso permanente pelo empregado durante a jornada de trabalho. É incabível, em sede de recurso especial, a análise da eficácia do EPI para determinar a eliminação ou neutralização da insalubridade, devido ao óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 402.122/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 25.10.2013).

2. O STJ, ao julgar o Recurso Especial 1.310.034/PR (de minha relatoria, Primeira Seção, DJe 19.12.2012), submetido à sistemática do art. 543-C do CPC/1973, firmou entendimento segundo o qual se aplica ao direito de conversão entre tempo comum e especial a lei em vigor à época da aposentadoria, independentemente do período no qual as atividades foram exercidas pelo segurado.

3. A lei vigente no momento da aposentadoria, quanto ao direito à conversão do tempo de serviço comum em especial, era o art. 57, § 5º, da Lei 8.213/1991, com a redação dada pela Lei 9.032/1995, que suprimiu a possibilidade de conversão de tempo comum em especial, mantendo apenas a hipótese de conversão de tempo especial em comum.

4. No caso dos autos, o requerimento da aposentadoria foi em 20.8.2008, quando não mais autorizada a conversão de tempo comum em especial, objeto da presente ação.

5. Recurso Especial do INSS não conhecido e Recurso Especial do segurado não provido.

(REsp 1662171, Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, Julgado em 03/08/2017, DJe 11/09/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC/2015, de acordo com os critérios descritos nos §§ 2º e 3º do mencionado artigo, majoro os honorários advocatícios fixados contra a autarquia em 1% (um por cento) sobre o percentual definido no acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator